

Juiz de Fora, 22 de fevereiro de 2024.

À

**COMISSÃO INTERNA DE CHAMAMENTO PÚBLICO DA SECRETARIA DE  
SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS – SES/GO**

**Ref.: Chamamento Público nº 03/2023 – SES/GO HEAPA**

**HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS - Organização Social de Saúde “HMTJ”**, inscrito no CNPJ sob o número 21.583.042/0001-72, com sede na Rua Dr. Dirceu de Andrade, 33, Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais/MG, por intermédio de seus representantes legais, o **Diretor Presidente, Dr. Marco Antônio Guimarães de Almeida**, brasileiro, casado, Contador e Advogado, portador da Carteira de Identidade M3040499 expedida pelo SSP MG e CPF 485.399.966-34 e o **Diretor Financeiro, Dr. Benedito Zulmiro Ladeira Jendiroba**, brasileiro, divorciado, Contador, portador da carteira de identidade MG- 6649396 SSP MG, inscrito no CPF sob o nº 261.429.297-49, ambos com endereço profissional na Rua Dr. Dirceu de Andrade, 33, São Mateus, Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais/MG, vem apresentar suas

**CONTRARRAZÕES**

ao recurso apresentado por **INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - IPGSE**, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

Inicialmente, cumpre esclarecer que o instituto jurídico das contrarrazões é consubstanciado pela resposta ofertada pela parte contrária àquela que interpôs recurso e tem por objetivo combater as alegações aduzidas pela outra parte, sendo certo que, caso entenda necessário, a Administração poderá solicitar diligências para esclarecer ou complementar a instrução do processo.



Enfatiza-se que o certame ocorreu respeitando todas as legalidades necessárias para concretizar o processo licitatório e no resultado, o "HMTJ" foi habilitado e classificado com pontuação máxima, cumprindo todas exigências editalícias, o que suscitou INJUSTA IRRESIGNAÇÃO DO **IPGSE**, que interpôs recurso administrativo fazendo apontamentos INFUNDADOS e INOPORTUNOS para tentar afastar a correta decisão que declarou esta entidade habilitada no certame.

A IPGSE, em suas razões de recurso, sugere "descrédito" à análise da dought e preparada comissão, e, mais do que isso, acusa a comissão de beneficiar o HMTJ quando pontua que "a Comissão beneficiou o RECORRIDO aceitando certos documentos claramente impróprios" e "a Comissão foi bem parcimoniosa para com o RECORRIDO". Tal absurdo é veementemente repudiado pelo HMTJ.

Entretanto, conforme será demonstrado, o recurso administrativo não merece provimento em nenhum aspecto, justamente por trazer motivações protelatórias e desarrazoadas.

#### DAS RAZÕES ALEGADAS:

O presente instrumento pretende ser sucinto e conciso em todos os pontos, sendo certo que Administração e Proponentes devem observar rigorosamente as regras e condições previamente estabelecidas no edital.

Isto posto, é mister apontar que a respeitável Comissão decidiu sabiamente e de acordo com as exigências do edital, de maneira que os argumentos trazidos nas razões recursais não merecem prosperar.

#### I – COMPROVANTE DE ENDEREÇO



A Recorrente alega que a Comissão aceitou comprovante de endereço do ano de 2017, em dissonância com a Lei Federal nº 6.629, de 16 de abril de 1979, bem assim que o DETRAN/GO impõe limite temporal para aceitação de comprovantes de endereço, conforme Portaria nº 122/2015/GP/GPJUR.

Ora, em momento algum o edital previu temporalidade na apresentação do comprovante de residência dos membros do conselho, de forma que não cabe à Recorrente exigir que a comissão cobre apresentação de documentos em forma não prevista no edital.

Os comprovantes de residência anexados nas páginas 186 e seguintes serviram para atendimento ao item 9.1.4, que assim reza:

9.1.4. Relação nominal de todos os dirigentes da entidade, devidamente acompanhada de cópia autenticada do CPF, RG e comprovante de endereço dos mesmos.

Em momento algum o edital exige a apresentação de comprovante de residência dos dirigentes dos últimos meses. Logo, totalmente improcedente a assertiva lançada pela Recorrente IPGSE.

O Princípio de Vinculação ao edital submete tanto a Administração quanto os licitantes termos do que é expressamente permitido e exigido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação a ser apresentada.

Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, elas se tornam obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o Órgão ou entidade licitadora.

Neste sentido, ensinou Hely Lopes Meirelles:

"A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. **Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes**, inclusive para o órgão ou entidade licitadora." (in Licitação e contrato administrativo, 14º ed. 2007, p. 39).

A respeito da previsão da aplicação da vinculação ao edital, o qual norteia todo o procedimento licitatório, entende o STJ:

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EDITAL COMO INSTRUMENTO VINCULATÓRIO DAS PARTES. ALTERAÇÃO COM DESCUMPRIMENTO DA LEI. SEGURANÇA CONCEDIDA. **É entendimento correntio na doutrina, como na jurisprudência, que o "edital", no procedimento licitatório, constitui lei entre as partes e instrumento de validade dos atos praticados no curso da licitação.** (STJ - MS: 5597 DF 1998/0002044-6, Relator: Ministro DEMÓCRITO REINALDO, Data de Julgamento: 13/05/1998, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJ 01.06.1998 p. 25 LEXSTJ vol. 110 p. 60) [grifos nossos].

De igual forma, totalmente impertinente e sem qualquer fundamentação jurídica a assertiva de que foi infringida a Lei Federal nº 6.629, de 16 de abril de 1979, e que o DETRAN impõe limite temporal para aceitação de comprovantes de endereço, conforme Portaria nº 122/2015/GP/GPJUR.

Ora, tais regramentos não guardam qualquer relação com o presente certame, logo, a sua invocação pela Recorrente não possui a indispensável pertinência objetiva, *data venia*.

Dessa forma, improcedentes as razões apresentadas pelo IPGSE e correta a decisão da comissão que decidiu por correta a documentação apresentada pelo HMTJ e que a inabilitação exclusivamente por este fato revela-se excessivo formalismo quanto a um comprovante de endereço.

De mais a mais, e nos termos do que foi observado pela própria Comissão, a pretensão do Recorrente, de desclassificar o Recorrido em virtude da data de emissão de um comprovante de residência de um dos componentes do seu órgão de administração, beira as raías da má-fé, *data venia*, já que, sobre inexistir exigência editalícia ou lei que restrinja a validade do documento em virtude do tempo de sua emissão, vale notar que, se vício houvesse (e não há, como já dito), tratar-se-ia de vício claramente sanável, incapaz de macular a licitação e os objetivos de economicidade que se encontram em sua base, como parece curial.

## II - Balanço patrimonial

Afirma a Recorrente, ainda, que existiria diferença quanto ao saldo inicial constante do balanço patrimonial apresentado para habilitação e do balanço digital.

Está a ocorrer, contudo, e como notou a r. Comissão, que, com o objetivo de simplificar a apresentação dos dados, os valores sofreram arredondamento, com a supressão de casas decimais (centavos), não havendo qualquer ilegalidade em tal prática, que é plenamente autorizada pelas normas contábeis.

Sublinha-se que o resultado dos indicadores financeiros extraídos do balanço (inclusive com os centavos) e calculados de acordo com a fórmula apresentada no **edital**, revelam a boa situação econômico-financeira do HMTJ, não tendo o arredondamento qualquer impacto no resultado.

Logo, improcedentes as razões apresentadas pelo IPGSE e correta a decisão da comissão.

### III – DIRETOR

Afirma a Recorrente, por fim, **que** a eleição do diretor- administrativo não deveria ser aceita, o que não reflete a realidade

Conforme bem pontuado pela Comissão, o edital exige a apresentação da ata de eleição da diretoria, o que foi cumprido pelo HMTJ.

Logo, improcedentes as razões apresentadas pelo IPGSE e correta a decisão da comissão.

### Conclusão

Necessário registrar que a respeitável Comissão decidiu corretamente, de maneira que os argumentos trazidos nas razões recursais não podem prosperar.

Diante de todo o exposto, requer SEJA NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO ORA IMPUGNADO, mantendo-se o ato da Comissão que habilitou o HMTJ, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação.

**Termos em que,**

**Pede deferimento.**

**Carla Machado dos Santos – OAB/RJ 80.192**

Coordenadora Departamento Jurídico “HMTJ”

**Marco Antônio Guimaraes de Almeida  
Jendiroba**

Diretor Presidente “HMTJ”  
Identidade M3040499 SSP MG  
CPF 485.399.966-34

**Benedito Zulmiro Ladeira**

Diretor Financeiro “HMTJ”  
Identidade MG- 6649396 SSP MG  
CPF 261.429.297-49



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal Vertsign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/FF3F-4CDF-B52B-68BB> ou vá até o site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: FF3F-4CDF-B52B-68BB



### Hash do Documento

78614441CE4C35B194A4F2BB688E00BEC2A87DF90D01F5BB149DC23DA6E2C05F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/02/2024 é(são) :

☒ Benedito Zulmiro Ladeira Jendiroba - \*\*\*.429.297-\*\* em 22/02/2024 16:34 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificação:** Por email: JENDIROBA@HMTJ.ORG.BR

### Evidências

**Client Timestamp** Thu Feb 22 2024 16:34:05 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

**Geolocation** Latitude: -23.263317144972937 Longitude: -45.962774323302 Accuracy: 63

**IP** 177.26.245.55

**Assinatura:**



### Hash Evidências:

045D8BB49B5F31239B819F9D13BA455541969E0B90B4882AE79DCCC681FD3D04

☒ Marco Antonio Guimaraes De Almeida - \*\*\*.399.966-\*\* em 22/02/2024 15:55 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificação:** Por email: MARCOANTONIO@HMTJ.ORG.BR

### Evidências

**Client Timestamp** Thu Feb 22 2024 15:55:08 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

**Geolocation** Latitude: -21.7781849 Longitude: -43.3593583 Accuracy: 100

**IP** 152.255.98.178

**Assinatura:**



**Hash Evidências:**

D75CC786D6AE03D3F7BA3E3BDACE515FB768BE02840FF8A18A4BD79A067AEA42

☒ Carla Machado Dos Santos - \*\*\*.420.807-\*\* em 22/02/2024 15:27 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificação:** Por email: carlamachado@hmtj.org.br

**Evidências**

**Client Timestamp** Thu Feb 22 2024 15:27:16 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

**Geolocation** Latitude: -21.778550806622388 Longitude: -43.33875500038348 Accuracy: 24.37148501831398

**IP** 181.213.113.25

**Assinatura:**



**Hash Evidências:**

5A3A6B9EF08576160D74B1BCE291A4F2DFE958017AD5FA25494CCFE6B35F7694

